

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE
CURSO DE PSICOLOGIA

MARCELA PIRES ASSEF

**O LUTO EM FREUD E SUAS MANIFESTAÇÕES NA CLÍNICA
PSICANALÍTICA INFANTIL**

São Paulo

2012

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE
CURSO DE PSICOLOGIA

MARCELA PIRES ASSEF

**O LUTO EM FREUD E SUAS MANIFESTAÇÕES NA CLÍNICA
PSICANALÍTICA INFANTIL**

Trabalho de conclusão de curso como exigência parcial
para a graduação no curso de Psicologia, sob orientação
do Prof. Dr. Raul Albino Pacheco Filho

São Paulo

2012

Dedico este trabalho à minha avó, Nedy, que mesmo em sua ausência fez-se tão presente em sua elaboração.

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos a meus pais, por todo o apoio e paciência que tiveram ao longo desta fase e por estarem sempre ao meu lado, comemorando, incentivando e sendo minha base em todos os momentos.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Raul, por dividir seus conhecimentos e passá-los a mim, ajudando não apenas na construção deste trabalho, mas também no meu processo de amadurecimento profissional e pessoal.

Agradeço minhas colegas e amigas de faculdade que, como eu, passaram por este mesmo momento, dando espaço para que as angústias pudessem ser compartilhadas, assim como a vitória de finalizarmos e entregarmos juntas este trabalho.

Finalmente, agradeço de coração aos demais amigos por compreenderem e respeitarem minhas eventuais ausências, sempre mostrando-se pacientes e solícitos nos momentos em que precisei.

RESUMO

As perdas sempre fizeram parte da vida do sujeito e, frente a elas, é necessário que se faça o trabalho do luto para conseguir elaborá-las de maneira saudável para que não haja prejuízo na saúde física e psíquica do sujeito. O processo de elaboração do luto consiste no desinvestimento do objeto perdido, direcionando a libido, até então investida, à outros objetos externos presentes na realidade.

O processo de elaboração ocorre de modos diferentes dependendo da fase da vida em que o sujeito está, assim como sua idade e a relação que era estabelecida com o objeto perdido. Dessa maneira, o trabalho de luto em adultos e crianças ocorre de modo diferente um do outro. Para as crianças, os efeitos que a morte acarretará são maiores do que para os adultos, e os sentimentos subjetivos em relação à duração do tempo também são diferentes, o que torna necessário analisar e compreender os efeitos da perda e do processo de luto para o seu psiquismo.

Palavras-Chaves: luto; luto infantil; teoria freudiana do luto; perda do genitor; perda do irmão.

SUMÁRIO

- Introdução	Pág. 1
- Capítulo 1. As diferentes reações frente à perda	Pág. 5
- Capítulo 2. Diferença entre o luto infantil e o luto adulto	Pág. 12
- Capítulo 3. Luto pela perda de um genitor	Pág. 19
- Capítulo 4. Luto pela perda de um irmão	Pág. 28
- Considerações Finais	Pág. 34
- Referências Bibliográficas	Pág. 37

INTRODUÇÃO

A maneira de vivenciar o luto sofreu alterações ao longo do tempo, e cada cultura possui maneiras e rituais próprios para passar por ele. Segundo Ariés (1977), na Idade Média, a princípio, era permitido expor os sentimentos diante de uma perda. Com o desenvolvimento do poder da Igreja, que operou durante toda a Idade Média, tais sentimentos tinham que ser contidos e expostos de maneira mais cautelosa, e a Igreja passou a controlar os comportamentos e rituais das pessoas enlutadas. No século XIX, a cultura passa a incluir um ponto de vista romântico nas relações e a morte é sentida como dor insuportável, em que o objeto perdido é objeto de amor, não havendo mais motivos para o vivo continuar sua vida sem o objeto amado. No século XX, finalmente, Ariés fala de uma “morte invertida”, que consiste na morte que se esconde, que é vergonhosa, passando a ser o grande fracasso da humanidade. A sociedade capitalista contemporânea não admite a expressão da dor, sendo esta considerada fraqueza e, assim, tendo que ser suprimida.

Para a psicanálise, o luto é um processo normal pelo qual todo ser humano passa, e o presente trabalho irá tratar do luto através da visão psicanalítica de Freud e de como tal processo ocorre em crianças pequenas, visto que Freud não trabalhou o luto infantil, focando-se exclusivamente nas perdas e elaboração destas na vida adulta. Para ele, o luto só pode operar a partir do momento em que o sujeito perde o objeto real, percebendo seu mundo vazio, havendo a necessidade, assim, de fazer novos investimentos libidinais em novos objetos (Freud, 1915/1980). O luto é o “sentimento de pesar ou dor pela morte de alguém”, além de se caracterizar por uma “tristeza profunda; consternação; dó” (Ferreira, 2004), sendo este o motivo pelo qual seu processo é doloroso e requer tempo e dispêndio de energia. O luto não é apenas um sentimento, mas também um processo pelo qual o sujeito precisa passar para elaborar a perda do objeto, o que será apresentado ao longo do trabalho.

A morte tem significados diferentes para cada pessoa dependendo do momento da vida de cada uma. Na maioria das vezes os pais não conseguem conversar com os filhos sobre o que é a morte, virando este assunto um *tabu* dentro de casa. Isso prejudica a elaboração por parte da criança, que expressa suas perturbações e angústias através da comunicação não-verbal, como desenhos e brincadeiras. Segundo Aberastury (1984/2009) “a ocultação e a mentira do adulto dificultam o trabalho de luto da criança”, pois incrementam à dor, confusão e desamparo por não ter com quem conversar.

As crianças precisam entrar em contato com seu sofrimento e colocá-los para fora para que assim consigam elaborar a perda de maneira saudável. Crianças que não são incentivadas a expor seus sentimentos, devido à cautela dos pais em falar sobre a morte, podem internalizar os sentimentos ruins, os quais podem vir à tona mais tarde na forma de sintomas, que é a expressão simbólica de construções fantasmáticas (Freud&Breuer, 1893/2007), sendo também a fantasia a representação de desejos, disfarçados em maior ou menor grau, por processos defensivos. Vários fatores contribuem para uma boa ou má elaboração do luto, como, por exemplo, a relação estabelecida entre o enlutado e o objeto perdido, mas é imprescindível que as crianças tenham orientação sobre o que é a morte e a finitude da vida. Apenas dessa maneira elas poderão compreender como e o que foi perdido, passando pelo processo de luto de forma sadia.

A elaboração do luto para um adulto é diferente da maneira como uma criança irá fazê-lo. Como afirma Mazorra (2001/2007),

“(...) Tanto o adulto quanto a criança tem o desejo de reunir-se com o falecido. No entanto, constatando-se que a criança, especialmente com menos de 6 anos de idade, tem maior dificuldade que o adulto de compreender a irreversibilidade da morte, esta fantasia pode ser vivida pela criança não como um desejo, do qual se tem consciência que não se pode realizar, mas como uma possibilidade.” (Mazorra, 2001/2007, p. 78)

Em função de sua maior dificuldade cognitiva e emocional para significar a perda, a elaboração do luto vivida pela criança é processada ao longo da estruturação psíquica, em diferentes momentos de sua vida, à medida que ela vai podendo significar o que viveu. Portanto,

“(...) As crianças elaboram o luto; porém têm um modelo próprio de elaboração, sendo equivocado impor-lhes o modelo adulto. Seu luto não é uma versão deficiente do luto adulto. Tem características específicas, haja vista que a criança está em processo de estruturação da sua personalidade.” (Mazorra, 2001/2007, p. 505)

Para estudar o processo de luto em crianças pequenas optou-se por duas situações de perda que marcariam de forma significativa seu desenvolvimento psíquico e cognitivo, a saber, a perda por morte de um dos genitores e de um irmão. Tais assuntos serão tratados

através de um estudo teórico da obra freudiana através de levantamento bibliográfico e leitura de artigos e trabalhos científicos sobre luto infantil de autores que se fundamentam na visão psicanalítica de Freud.

A princípio, será discutido o significado da perda para Freud e as possíveis reações frente a ela. Freud (1926/1980) afirma que o sujeito se depara com a perda a partir do momento de seu nascimento, sendo este, também, um momento sentido como um perigo o qual o sujeito reagirá com angústia. Esta é uma reação frente a ameaça de perda ou separação, diferente do luto, que se caracteriza como sendo uma reação frente à perda do objeto e a consciência de que este não irá mais voltar (Freud, 1915/1980). Diferente do luto, a melancolia é outra forma de reagir diante da perda e possui características próprias que a definem, o que será apresentado ao longo do trabalho. Além disso, também será discutida a questão da depressão e como, antigamente, estava associada apenas ao quadro patológico, sendo hoje vista de outra maneira.

Em seguida, se apresentará a diferença do processo de elaboração do luto entre crianças e adultos, apontando como cada um dos processos depende do momento de vida do sujeito e de sua idade, além de esclarecer a relevância de como é importante uma criança poder expressar seus sentimentos diante da perda e ter um adulto ao lado como continente e apoio para suas angústias. Ao mesmo tempo, será discutido como, desde os tempos primórdios, o homem encara a morte e a finitude da vida, sendo este ainda hoje um assunto tratado com receio pelo sujeito.

Para abordar a perda de um dos genitores, será contextualizado, teoricamente, o lugar da criança na relação com os pais e sua constituição enquanto sujeito, através da passagem pelo Complexo de Édipo. Será discutido como as fantasias e o imaginário infantil influenciam de maneira positiva ou negativa na elaboração do luto, assim como o sexo do genitor falecido e a ambivalência que permeia todas as relações. Tal discussão terá como exemplo a pesquisa que Luciana Mazorra fez em 2001 com crianças que perderam um dos pais há um ano e, através dos resultados, fica claro que a fantasia que se destaca é aquela que a criança acredita que seus sentimentos hostis obtiveram sucesso e eliminariam o rival, gerando, assim, o sentimento de culpa.

Finalmente, na última parte do trabalho, será tratado o processo de luto pela perda de um irmão. Serão discutidas, também, as possíveis fantasias frente à morte e como a relação fraterna não é permeada apenas pela hostilidade, mas também pela solidariedade entre os irmãos, o que caracteriza sua ambivalência.

O presente estudo mostra que em ambas as situações de perda, a culpa, devida aos sentimentos ambivalentes para com o objeto perdido, está presente, sendo esta uma representação da culpa primeva inscrita no inconsciente do sujeito. Para amenizar a culpa e as eventuais fantasias que podem surgir no imaginário da criança, a família é essencial no processo de elaboração do luto infantil, sendo necessária sua reorganização nas novas configurações após a morte do genitor ou do irmão.

CAPÍTULO 1 - As diferentes reações frente a perda

A perda sempre esteve presente na vida do ser humano. Seja a perda real, simbolizada pela morte de um ente querido, ou a simbólica, como perda da nação, da liberdade ou de um ideal. A primeira perda pela qual o sujeito tem que passar consiste na separação de sua mãe ao nascer. A partir de então, sucessivas perdas serão apresentadas, tendo ele que lidar com todas elas. A perda apenas poderá ser sentida como dolorosa caso o objeto perdido tenha sido significativo para o sujeito. Assim, é necessário que tenha havido um vínculo entre ambos para que a dor seja decorrente de tal rompimento.

Ao nascer, o sujeito é desprovido de qualquer forma de proteção e cuidados, tornando-se fundamental que um cuidador seja reponsável por suprir suas necessidades, desde as básicas (higiene, alimentação, vestimentas) até as que dizem respeito ao afeto que o novo ser precisa receber. Normalmente, o cuidador que realiza estes afazeres e sua manutenção é a mãe. Este é o primeiro objeto com o qual o sujeito formará o primeiro vínculo, além de ser a via para seu ingresso no mundo. Segundo Freud (1915/1980), as primeiras experiências relativas ao cuidado materno, objeto externo ao bebê, assumem papel fundamental no desenvolvimento infantil pelo investimento e pelas vivências de satisfação que o vínculo mãe-bebê proporciona.

Este vínculo é criado, primeiramente, a partir dos movimentos da mãe em direção ao bebê que, segundo Winnicott (1960/1983), propiciará, ao mesmo tempo que cuidados, dependência para que a criança se desenvolva espontaneamente, o que caracteriza a mãe “suficientemente boa”. Por parte da criança, esta tomará a mãe como objeto a partir do momento que passar a perceber o outro, além de si mesma. Freud (1914/1980) afirma que, a princípio, as primeiras satisfações sexuais auto-eróticas nas crianças são experimentadas em relação com funções vitais que servem à finalidade de autopreservação, ou seja, os primeiros objetos sexuais de uma criança são as pessoas que se preocupam com ela e com seus cuidados, isto é, a mãe ou quem quer que a substitua. Logo, é possível afirmar que a escolha de objeto das crianças deriva de seus objetos sexuais e de suas experiências de satisfação.

Os objetos investidos têm alto grau de valor, e neles há um grande dispêndio de energia e expectativas às quais o sujeito espera que sejam correspondidas. Quando ocorre a perda destes objetos, o sujeito se depara com a não satisfação que outrora era imediata

e, a partir disso, terá que lidar com esta separação. É importante ressaltar que a perda não implica necessariamente na separação do objeto pela morte, mas sim na perda de qualquer objeto que tenha sido significativo e investido pelo sujeito, podendo este encará-la de diferentes formas.

Em “Inibição, Sintoma e Angústia”, Freud (1926/1980) afirma que a primeira grande perda enfrentada pelo sujeito corresponde à separação da mãe ao nascer. Este momento é sentido com desprazer pelo sujeito, o que a torna uma situação traumática. Desta forma, o nascimento corresponde ao primeiro grande trauma da criança. Esta situação é sentida como um perigo para o pequeno sujeito, que reage à experiência traumática com angústia, caracterizada por Freud como um “estado afetivo e reação a uma perda ou separação” (Freud, 1926/1980, p. 73). Desta forma, de início, a reação correspondente às perdas e separações pelas quais o sujeito passa é pautada pela angústia.

Após o nascimento, as situações posteriores que serão vividas pelo sujeito, despertarão a reação de angústia, caso remetam à sensação desprazerosa de perigo experimentada ao nascer. Assim, “(...) No homem, o nascimento proporciona uma experiência protípica desse tipo, e ficamos inclinados, portanto, a considerar os estados de angústia como uma reprodução do trauma do nascimento” (Freud, 1926/1980, p. 74).

As necessidades de uma criança são atendidas apenas pelo objeto cuidador, desta forma, a angústia frente a não satisfação nada mais é do que a percepção da criança da ausência do cuidador denotando que ele não pode lhe oferecer prazer a todo o momento. A angústia, portanto, é a angústia da perda (separação) do objeto cuidador, pois ela percebe que o perigo acaba quando há a presença da mãe. É a ausência da mãe que agora constitui o perigo, e logo que este surge, a criança dá o sinal de angústia, antes que a temida situação se estabeleça.

Saindo do período da primeira infância, e entrando na fase fálica, momento em que a criança não depende mais integralmente destes cuidados, novas catexias objetais são feitas por ela, fazendo com que haja uma transformação da situação de perigo produtora de angústia. É neste momento que passa a existir a noção de Eu, ou seja, o sujeito passa a enxergar-se como um corpo inteiro, e não composto apenas por partes isoladas, passando do auto-erotismo, em que as satisfações sexuais auto-eróticas são experimentadas em partes isoladas do corpo, para uma posição narcísica. Nesta posição, pode-se dizer que, originalmente, a criança tem dois objetos sexuais – ela própria e a sua mãe -, deparando-se com a ameaça da castração caso não abra mão de seu investimento desta última.

Ferenczi (1925/1980) afirma que o medo da criança frente à castração corresponderia ao seu medo de separação da mãe. O pênis tem alto valor narcísico para o sujeito, sendo sua garantia de união à ela. A privação do órgão genital corresponderia a uma renovada separação da criança de sua mãe e isto, por sua vez, significaria ficar desamparadamente exposta a uma tensão desagradável, como foi o caso do nascimento.

Finalmente, no período de latência, o temor do sujeito em relação à perda tem novo significado. Nesta fase, que perdura até a puberdade quando novos investimentos serão feitos, há a despersonalização do agente parental, dando lugar ao superego, novo impositor da lei e da moral. Com isto, o novo perigo temido pelo Eu, o qual ele reage com angústia, consiste em o superego ter raiva, punir ou deixar de amar o Eu.

Em suma, a situação traumática de sentir falta da mãe difere num aspecto importante da situação traumática de nascimento, pois, neste último, não existia objeto que pudesse ser perdido e, portanto, algo que o sujeito pudesse sentir falta. A partir disto, repetidas situações de satisfação criaram a mãe como objeto, havendo um forte investimento libidinal nela por parte da criança.

A angústia difere-se da dor no sentido de que a primeira corresponde a reação frente à ameaça de perda, enquanto que a dor é a reação frente à perda real de objeto. A dor acompanha o luto pelo objeto que foi perdido, sendo este ainda outra reação emocional.

O luto manifesta-se a partir da perda real do objeto, e não em sua ameaça, não podendo, assim, mais ser encontrado na realidade do sujeito. Desta forma, o luto ocorre sob influência do teste de realidade, que exige do sujeito a separação do objeto, visto que este não existe mais. O trabalho do luto é retirar todo o investimento direcionado ao objeto em diferentes situações, sendo este um processo de longa duração e doloroso, pois as expectativas do sujeito uma vez depositadas no objeto perdido não poderão mais ser realizadas.

Freud (1915/1980) afirma que não é possível considerar o luto como uma condição patológica, submentendo-o a tratamento médico, sendo, portanto, uma reação normal frente à separação. Sua elaboração é de extrema importância para que o sujeito consiga seguir em frente consciente de que o objeto não existe e não irá mais voltar, além de ser capaz de investir libidinalmente em novos objetos externos. O estado diferente do luto é caracterizado pela melancolia, embora existam semelhanças em alguns aspectos, a saber: desânimo profundamente penoso, cessação de interesse pelo mundo externo, perda da capacidade

de amar e inibição de toda e qualquer atividade. Entretanto, o que difere o processo de luto da melancolia é que no luto o sujeito tem consciência de que o objeto se foi e não irá mais voltar, enquanto que na melancolia o objeto não precisa ter necessariamente morrido, mas é perdido enquanto objeto de amor. De acordo com Freud (1915/1980), no luto:

“O teste de realidade revelou que o objeto amado não existe mais, passando a exigir que toda a libido seja retirada de suas ligações com aquele objeto. (...) São executadas pouco a pouco, com grande dispêndio de tempo e de energia catexial, prologando-se psiquicamente a existência do objeto perdido. Cada uma das lembranças e expectativas isoladas através das quais a libido está vinculada ao objeto é evocada e hipercatexizada, e o desligamento da libido se realiza em relação a cada uma delas.” (Freud, 1915/1980, p.125)

Entretanto, na melancolia, o sujeito sabe *quem* perdeu, mas não o *que* perdeu nesse alguém (Freud, 1915/1980). Assim, visto que o sujeito melancólico não reconhece a perda como algo real, não faz o processo de desinvestimento libidinal necessário, como no luto. O objeto perdido do melancólico possuía características mais ideais e, no momento que a libido encontra-se livre, não é deslocada para outro objeto externo. Ao contrário, é direcionada para o ego do sujeito. A catexia objetual, portanto, tem pouco poder de resistência e é liquidada. A partir do momento em que isto ocorre, estabelece-se uma identificação do sujeito com o objeto abandonado, afirmando Freud:

“Assim, a sombra do objeto caiu sobre o ego, e este pôde, daí por diante, ser julgado por um agente especial, como se fosse um objeto, o objeto abandonado. Dessa forma, uma perda objetual se transformou numa perda do ego, e o conflito entre o ego e a pessoa amada, numa separação entre a atividade crítica do ego e o ego enquanto alterado pela identificação.” (Freud, 1915/1980, p. 128)

Quando o sujeito toma a si mesmo como objeto, fica claro que as recriminações e punições que faz a si mesmo, na verdade, estão dirigidas ao objeto que foi perdido. Essa regressão, chamada de identificação narcísica com o objeto, mostra a dificuldade que o sujeito tem de se desvincular do objeto, não aceitando a separação inevitável e novos investimentos possíveis. Tal regressão é assim denominada, pois, além do ego se identificar com o objeto perdido, adotando suas características, a libido objetual volta para o

próprio sujeito, e este toma a si mesmo como objeto de investimento. Além disso, a ambivalência na relação com o objeto, ausente no luto, estará presente, caso o amor pelo objeto se refugiar na identificação narcisista. “(...) Então o ódio entra em ação nesse objeto substitutivo, dele abusando, degradando-o, fazendo-o sofrer e tirando satisfação sádica de seu sofrimento” (Freud, 1915/1980, p. 129).

Freud chegou a aproximar a melancolia com o estado de depressão, porém abandonou esta tendência. Embora tenha identificado fenômenos depressivos nas diversas categorias nosográficas, Freud não as reuniu à melancolia ao modo dos manuais psiquiátricos, mas os concebeu como próprios do existir humano. Ou seja, estados depressivos podem ser identificados no sujeito em diversos quadros, não podendo ser resumido como característica determinante da melancolia. Freud, em “Luto e Melancolia” (1915/1980), mantém-se fiel à terminologia clássica “melancolia”, não para designá-la como um quadro distinto, mas por concebê-la de outra forma.

A depressão é diagnosticada como doença pela psiquiatria a partir da presença de determinados sintomas que se manifestam numa certa duração, frequência e intensidade. Em seu artigo sobre a depressão, Rodrigues (1999) alega que “as classificações dos manuais psiquiátricos referentes à depressão limitam-se à pura observação e descrição dos fenômenos (depressivos) sem nenhuma implicação etiológica” (Rodrigues, 1999, p. 2). Ou seja, os manuais descrevem o quadro depressivo tal como ele se apresenta, sem levar em consideração qualquer embasamento teórico. O que a autora defende, é o fato de que a manifestação de humor depressivo não é exclusiva dos chamados Transtornos de Humor, podendo aparecer em outros quadros psiquiátricos. Além disso, não são apenas as alterações de humor que devem ser levadas em consideração, mas, também, as alterações fisiológicas e cognitivas.

Há ainda a discussão sobre o casamento entre o diagnóstico do Transtorno de Humor, tal como propõem os manuais, e uma etiologia orgânica, em que se afirma que a depressão tem suas raízes na hereditariedade. Guz (1990/1999) afirma que existem “fortes indícios de que fatores genéticos sejam os responsáveis primordiais pelas doenças depressivas em geral” (Guz, apud Rodrigues, 1999, p. 3) Ao mesmo tempo, existe a discussão acerca das influências ambientais no desencadeamento da doença e, como afirmam Kendell e Zealley (1993/1999), “influências ambientais desempenham um papel na etiologia dos distúrbios de humor. Se não fosse assim, a concordância entre gêmeos homozigóticos seria próxima a 100%.” (Kendell; Zealley, apud Rodrigues, 1999, p. 4)

Outros fatores dentro da teoria biológica da depressão tentam explicá-la e tratá-la como uma doença orgânica. São os chamados “marcadores biológicos”, que seriam “anomalias biológicas comuns a todos os portadores da doença, através das quais se poderia identificar a doença” (Rodrigues, 1999, p. 4). Um dos possíveis marcadores seriam as alterações nas condições eletroquímicas do Sistema Nervoso Central, o que seriam as responsáveis pela depressão. Além deste, outros marcadores biológicos foram usados na tentativa de se explicar biologicamente a depressão, porém nenhum mostrou-se suficientemente específico e sensível.

Sendo assim, segundo Rodrigues (1999), a depressão não pode ser considerada uma doença, pois nenhuma das possíveis explicações e marcadores dão conta de explicar as origens e manifestações do quadro depressivo. A partir destas postulações sobre a depressão é possível afirmar que ela pode acometer o sujeito frente a acontecimentos que o desorganizam, afetando não apenas seu humor, mas também suas condições fisiológicas, cognitivas e psicológicas.

A depressão, então, se manifesta em situações de perda, caracterizando o estado de luto. O sujeito enlutado apresenta desinteresse pelo mundo, forte sentimento de tristeza, insônia, falta de apetite, dentre outros, que caracterizam um quadro depressivo. Na verdade, quando o sujeito está passando pelo processo de luto é normal e saudável seu estado “depressivo”, que se caracteriza pelo fechar-se sobre si mesmo e desinteressando-se pelo mundo externo, sendo a partir disto que há a elaboração da perda.

Tendo isto em vista, o estado depressivo não é considerado patológico, não podendo ser comparado à melancolia. O ato de fechar-se e se recolher em si mesmo mostra uma defesa do sujeito necessária para se recompor frente à perda e, assim, fazer novos investimentos (Freud, 1909/1999).

Este primeiro momento do trabalho foi dedicado à discussão das diferentes formas de reação frente à perda, devendo tanto as perdas por implicação de morte do objeto, ou não, ser simbolizadas, possuindo cada uma delas um sentido para o sujeito, podendo este garantir sua saúde psíquica.

Mesmo aqueles que nunca passaram pela experiência de perder alguém por morte, já vivenciaram a perda em momentos anteriores, sendo impossível um ser humano que nunca tenha vivido uma perda. Este trabalho visa estudar a simbolização da perda por morte do objeto, ou seja, uma perda que consiste no não retorno do objeto perdido. Tal

simbolização é representada pelo trabalho de luto, essencial para a elaboração da perda por separação, como dito anteriormente. Quando se pensa no processo de luto, automaticamente o relaciona com um sujeito adulto e maduro que precisa lidar com o acontecimento inesperado de separação usando todos os recursos psíquicos que lhe são atribuídos. Antes, porém, de prosseguir com a proposta do trabalho de se estudar o processo de luto em crianças pequenas, se faz necessário um estudo de comparação entre o processo de elaboração do luto em um adulto e em uma criança. Tal necessidade se dá pelo fato de ambos serem comprovadamente diferentes tanto no que tange o processo em si, como na compreensão do que é a morte.

CAPÍTULO 2 - Diferença entre o luto infantil e o luto adulto

“O homem primevo assumia uma atitude notável em relação à morte. Longe de ser coerente, era, na realidade, altamente contraditória. Por um lado, encarava a morte seriamente, reconhecia-a como o término da vida, utilizando-a nesse sentido; por outro, também negava a morte e a reduzia a nada.” (Freud, 1915/1980, p. 153)

Desde os tempos primórdios, o sujeito apresenta dificuldade e resistência de encarar a morte e aceitá-la como algo inevitável. Freud (1915/1980), afirma que existem duas relações com a morte: as que os homens pré-históricos estabeleciam, e a que o homem civilizado mantém hoje, ocultando-a da consciência e presente nas camadas mais profundas da vida mental. O primeiro assumia postura diferente quando se tratava da morte do outro em relação à sua própria. Para o homem pré-histórico, sua morte era tão inimaginável quanto é ainda hoje para o homem moderno, enquanto que, o mesmo, não fazia qualquer objeção quando se tratava de eliminar outro ser humano. A morte significava o aniquilamento do inimigo, sendo o passado marcado por séries de assassinatos entre os povos primitivos.

O homem civilizado cuidadosamente evita falar da morte perto da pessoa condenada, ao mesmo tempo em que a atribui a causas fortuitas – acidente, doença, infecção, idade avançada – esforçando-se para reduzi-la de uma necessidade para um fato fortuito (Freud, 1915/1980). É penoso deparar-se com algo sob o qual não se tem controle algum, sendo por isso, dentre outros motivos, que a morte é um assunto delicado, e mesmo considerado *tabu*, dentro da sociedade. A negação da morte, caracterizada por Freud como uma “atitude convencional e cultural”, remonta aos tempos mais antigos da existência humana.

Em seu livro, Yalom (2008) descreve diferentes papéis que a morte tem na vida do sujeito e, de uma forma positiva, em certo momento, a caracteriza como uma “experiência reveladora”, ou seja, o sujeito passa por uma confrontação com a morte que enriquece sua vida. Isto implica em que, a partir do momento que o sujeito tem um contato mais direto com a morte, seja a sua ou de alguém próximo, percebe a sua fragilidade e finitude da vida, dando mais valor e passando a enxergá-la de uma forma diferente. Desta forma, existe uma interdependência entre a vida e a morte e, como afirma o autor, “(...) apesar de a

concretude da morte nos destruir, o conceito da morte nos salva” (Yalom, 2008, p. 38). É possível relacionar tal afirmação com o que Freud diz sobre a circunstância em que o homem primevo se dá conta de que sua morte não era algo tão irreal e distante quanto ele imaginava. Segundo o autor,

“(...) Ocorreu quando o homem primevo viu morrer alguém que lhe pertencia – a esposa, o filho, o amigo – a quem indubitavelmente ele amava como amamos os nossos, já que o amor não pode ser muito mais jovem do que a volúpia de matar. Então, em sua dor, foi forçado a aprender que cada um de nós pode morrer, e todo o seu ser revoltou-se contra a admissão desse fato, pois cada um desses entes amados era, afinal de contas, uma parte de seu próprio eu amado.” (Freud, 1915/1980, p. 154)

Com isso, ao mesmo tempo que o homem não podia mais manter a morte à distância, também não estava disposto a reconhecê-la. Assim, aceitou o fato de sua própria morte, porém negou-lhe o sentido de aniquilamento. O aniquilamento dizia respeito apenas aos inimigos, enquanto que ele próprio e seus entes queridos passariam apenas pela experiência de morrer, mas não implicando necessariamente em sua extinção do mundo, sendo neste momento que as diferentes crenças acerca da morte e de morrer surgiram.

Passou a existir a divisão entre corpo e alma, e a persistente lembrança dos mortos tornou-se a base para a suposição de novas formas de existência, fornecendo a concepção de uma vida que continua após a morte. Mais tarde, as religiões passaram a reduzir a vida que termina com a morte a uma mera preparação para uma vida futura. Depois, passou-se a estender a vida para trás até o passado, elaborar a noção de existências pretéritas, da transmigração das almas e da reencarnação, “tudo com a finalidade de despojar a morte do seu significado de término da vida” (Freud, 1915/1980, p. 155).

Para Yalom (2008), a morte é sentida como uma angústia que pode se manifestar de forma evidente e facilmente reconhecível, em alguns casos, ou de maneira sutil, através de sintomas, em outros. Com um pensamento diferente de Freud, o autor aponta a idéia de que a angústia da morte não é uma máscara para outro conflito inconsciente, mas sim o medo real de morrer. Para Freud (1895/2008), ao contrário, em sua teoria das origens das neuroses, baseia-se na crença que estas se originavam através de um conflito entre várias forças inconscientes, primitivas e instintivas. A morte não poderia ter um papel na origem da neurose, pois ela não tem representação inconsciente, e ainda oferece duas razões: o sujeito não tem experiência pessoal de morte e não é possível para o sujeito contemplar

sua inexistência. O homem da época pré-histórica encontra-se inalterado no inconsciente do homem moderno, apontando que este também não crê em sua própria morte e comporta-se como se fosse imortal:

“(...) O que chamamos de nosso “inconsciente” – as camadas mais profundas de nossas mentes, compostas de impulsos instintuais – desconhece tudo o que é negativo e toda e qualquer negação; nele as contradições coincidem.” (Freud, 1915/1980, p. 156)

Assim, da mesma forma que o homem primevo, também no inconsciente do homem moderno há duas posições opostas em relação à morte: aquela que a reconhece como sendo a extinção da vida, e aquela que a nega porque é irreal. Ambas se chocam e entram em conflito quando, de forma idêntica ao dos tempos antigos, há a morte, ou risco de morte, de alguém amado. Estes constituem, por um lado, uma posse interna, componentes do próprio ego do sujeito; por outro, contudo, são parcialmente estranhos, até mesmo inimigos. (Freud, 1915/1980)

A idéia de morte e o que ela implica, ao nível inconsciente, não mudou dos tempos primórdios até hoje, ou seja, a inacessibilidade à morte no inconsciente. Cada cultura, religião e ciência entendem e encaram a morte de modos diferentes, tentando dar a ela um significado para que o sujeito a aceite. Hoje, a morte define-se pelas diferenças nas relações, o significado da vida e outros valores, podendo a perda por morte ser experienciada tanto por adultos quanto por crianças. Espera-se que ambos passem pelo trabalho de luto, para que, assim, a perda seja simbolizada e novos investimentos passíveis de serem feitos, porém, há diferenças e características importantes no que tange a elaboração a forma de encarar a morte de cada um.

Mazorra (2001/2007) afirma que tanto o adulto quanto a criança têm o desejo de se reunir com o falecido. No entanto, a criança, especialmente aquela menor de 6 anos de idade, tem maior dificuldade do que o adulto para compreender e de aceitar a irreversibilidade da morte, podendo a fantasia de encontro com o falecido ser vivida não somente como desejo pela criança, desejo este que se tem consciência de que não pode ser realizado, mas sim como possibilidade. Em geral, as crianças percebem a morte como o fim da vida por volta dos 4 ou 5 anos de idade, embora ainda não possuam clareza sobre o que realmente é a morte. Entretanto, é somente entre os 6 e 11 anos de idade que a criança se encontra em condições intelectuais de compreender a irreversibilidade da morte.

Para Raimbault (1979/2007), quanto mais jovem é a criança, maiores serão os efeitos que a morte acarretará, o que implica em prestar maior atenção às crianças nos momentos posteriores à perda, as observando e as incentivando a conversar e expor sua dor. É comum que os pais, ou outros familiares, não consigam conversar com as crianças sobre o que é a morte e explicar o porquê de alguém não mais retornar, muitas vezes por quererem poupá-las e acharem que ainda são muito novas para tal assunto e não o compreenderiam.

Porém, Aberastury (2010/2009) afirma que a criança tem grande capacidade de observação, podendo captar o que acontece ao seu redor mesmo quando os adultos tentam enganá-la, ocultando algum fato doloroso na tentativa de “defender” a criança do sofrimento. Muitas vezes os pais têm tal dificuldade por não conseguirem entrar em contato com suas próprias dores e perturbações. Além disso, as crianças desprezam a restrição que os adultos impõem em relação à morte, podendo se ameaçar umas às outras com a possibilidade de morrer, chegando inclusive ao ponto de fazer o mesmo com alguém que amam (Freud, 1915/1980).

A maneira como cada criança agirá diante da morte é particular de cada uma, e a duração e a intensidade de seus sentimentos dependerão tanto de sua personalidade quanto do vínculo afetivo com a pessoa falecida. Muitas crianças, e mesmo adultos, não colocam em palavras a dor que estão sentindo como consequência da perda, mas isto não significa que não a estão sentindo. Todos, crianças e adultos, precisam vivenciar os sentimentos de luto, para que a perda possa ser vivida de maneira saudável. No caso das crianças, estas devem ser encorajadas, muitas vezes por familiares próximos a ela, a falar sobre o que estão sentindo para que, desta forma, o luto possa ser elaborado e não manter-se indefinidamente (Mazorra, 2001/2007).

As crianças, por vezes, não sabem nomear seus sentimentos, expressando-os na forma de brincadeiras. Como afirma Klein (1991/2007), é por meio da simbolização que a criança expressa suas fantasias e ansiedades e, desta forma, consegue aliviar-se, fazendo com que a brincadeira seja essencial para seu desenvolvimento. Além disso, as crianças também podem comunicar-se através de seu corpo, expressando a dor através de comportamentos agressivos e irritabilidade. O brincar é a forma saudável com que as crianças lidam com seus sentimentos, podendo expressá-los e simbolizá-los. Uma vez que a processo de luto visa a uma elaboração da perda e, assim, sua simbolização, a brincadeira estaria diretamente relacionada com tal processo, sendo a forma como as

crianças fazem sua elaboração. A má elaboração da perda, neste caso, seriam as outras expressões ditas anteriormente, como agressividade e irritabilidade.

Um adulto, de forma diferente, não precisa usar o brincar como meio de elaboração. Ao contrário, a forma saudável com que lida com a morte e, conseqüentemente, a perda, é o trabalho de luto. Assim como as crianças, a forma como o sujeito maduro irá encarar esta perda também depende de sua personalidade e do vínculo que mantinha com o objeto perdido. Para que ele consiga se desvincular do objeto e ter condições de fazer novos investimentos, é essencial que passe por todas as implicações do processo de elaboração do luto, caso o contrário, também surgirão sintomas caso tal processo não seja vivido de maneira natural. Muitos adultos também têm dificuldade em expressar seus sentimentos, muitas vezes reprimindo os sentimentos e reações que acompanham o processo de luto. Porém, caso o luto seja reprimido, seus sintomas irão se manifestar a curto ou longo prazo em qualquer instância da vida do sujeito.

Segundo Franco&Mazorra (2001/2007), a elaboração do luto vivido por uma criança é processada ao longo de sua estruturação psíquica, em distintos momentos de sua vida, visto sua maior dificuldade para significar a perda. Desta forma, ao longo de seu desenvolvimento, a criança vai poder dar um significado para a perda do passado, podendo também o luto ser reativado ao longo de sua vida, compreendendo, assim, sua elaboração. A maneira como a separação será sentida e o luto processado, dependerão de como o sujeito lidou com suas perdas anteriores e as simbolizou.

Ao longo de sua constituição psíquica, o sujeito introjeta os objetos de amor e adquire a constância objetal, ou seja, a crença de que o afastamento espacial do objeto não é definitivo. A criança se dá conta que a atenção e a presença do cuidador (mãe) não são permanentes, mas que também não desaparecem por completo. Neste momento, as fantasias e o mundo imaginativo da criança estão operando de forma ativa, tendo participação importante em seu desenvolvimento e constituição psíquica, constituindo, assim, sua realidade psíquica (Freud, 1900/2007).

A forma como a uma criança vai lidar com a perda também terá influência das fantasias que permeiam seu imaginário, ou seja, a situação de separação permanente irá se inscrever no mundo fantasioso da criança, refletindo seu processo de luto. É importante observar tais formações, pois, o sintoma presente no processo de enlutamento, é a expressão simbólica de construções fantasmáticas (Freud&Breuer, 1893/2007). Além disso, como afirma Franco&Mazorra (2001/2007), a fantasia é a representação de desejos,

disfarçados em maior ou menor grau por processos defensivos; é a satisfação de um desejo insatisfatório, a correção de uma realidade não satisfatória.

Desta forma, as fantasias infantis influenciam diretamente na resignificação e transformação da relação da criança com o objeto perdido, isto é, na elaboração do luto. Com isso, seria possível apreender o luto feito por uma criança, levando-se em conta os sentimentos e sintomas presentes em tal processo e a maneira como ela lida com a realidade concreta da perda. Uma criança, dependendo de sua idade, ainda não conhece a irreversibilidade da morte, podendo lidar com a separação permanente do objeto de forma não saudável, dependendo de suas fantasias em relação ao não retorno do objeto perdido.

Assim, a maneira como uma criança é capaz de elaborar uma perda relaciona-se a fatores intrapsíquicos (suas fantasias inconscientes) e fatores externos (relação com a pessoa perdida; relação com os familiares sobreviventes; circunstâncias em que a perda ocorreu; informação recebida pela criança; possibilidade de comunicação sobre o que aconteceu e sobre a pessoa perdida; dinâmica familiar; tipo de morte; rituais; estressores e mudanças no cotidiano da criança) (Franco&Mazorra, 2001/2007).

Para Bowlby (1993/2007), a partir dos 16 meses de idade, aproximadamente, a criança teria mais recursos cognitivos e emocionais para elaborar a perda, como o adulto. Porém, mesmo comprovado que as crianças passam pelo trabalho de elaboração do luto, este não pode ser comparado ao modelo adulto. O luto infantil possui características próprias e específicas, tendo em vista que a personalidade da criança e seu psiquismo ainda estão em desenvolvimento.

A função do trabalho de luto implica no sujeito conseguir significar a morte e a separação do objeto e tornar consciente a idéia de que aquele não irá mais retornar. É comum e normal que o sujeito sinta-se desamparado e desorganizado frente à perda, deparando-se com o seu mundo vazio. Neste momento, há a identificação com o objeto perdido, no qual há a retirada gradual do investimento libidinal feito anteriormente, sendo feitos novos investimentos. Durante o trabalho de luto não há o desligamento total do objeto perdido, tendo em vista que a ligação com o objeto internalizado pelo sujeito permaneça e seja resignificada, podendo retomar sua identidade própria.

Como foi dito anteriormente, o significado da morte e a forma como o sujeito irá elaborar a perda depende da relação que este mantinha com o objeto perdido, podendo a perda ser sentida em maior ou menor grau. Assim, para exemplificar o impacto que a perda

tem para o psiquismo de uma criança, serão apresentadas as formas de elaboração do luto frente a morte de um dos genitores e de um irmão. Foram escolhidas estas duas situações pelo fato serem separações de objetos altamente significativos para o pequeno sujeito, que estão ligados a ele não apenas no que diz respeito ao aspecto emocional, como também em sua constituição psíquica e como indivíduo.

CAPÍTULO 3 - Luto pela perda de um genitor

“A morte de um genitor é uma das experiências mais impactantes que a criança pode vivenciar. Com os pais, morre também a ilusão narcísica de onipotência infantil em um momento em que ela é necessária como fonte de segurança. Diante da ausência irreversível de um vínculo provedor de sustentação, a criança se depara com profundos sentimentos de desamparo e impotência.” (Franco; Mazzora, 2001/2007, p. 504)

Como foi discutido anteriormente, as crianças, assim como os adultos, passam pelo processo de elaboração do luto quando um objeto significativo é perdido. Desta forma, elas também sentem e percebem a falta de tal objeto, mesmo que não exponham o sentimento de forma direta. Acredita-se que a morte de um dos genitores representa um impacto muito grande na vida de uma criança, pois, com sua morte, a criança perde o mundo que conhecia, mundo este em que o genitor podia afastar-se, mas ao qual retornava.

Com o impacto da morte, a criança também perde a posição que tinha dentro da relação com os pais. Em seu texto sobre o narcisismo, Freud (1914/1980) afirma que o narcisismo primário de uma criança é constituído a partir dos investimentos feitos nela por seus pais, achando-se estes “sob a compulsão de atribuir todas as perfeições ao filho e de ocultar e esquecer as deficiências dele” (Freud, 1914/1980, p. 49). É de extrema importância que tal investimento ocorra, pois é a partir dele que a criança passa a enxergar-se como um indivíduo e se constitui como tal. Além disso, é neste momento que há a construção da auto-estima da criança, que depende intimamente da libido narcisista.

Através de tais investimentos, há duas escolhas de objetos sexuais feitas pela criança que coexistem por um determinado tempo: a narcisista, em que a criança toma si mesma como objeto libidinal, ou aquela em que um outro é tomado como objeto. Este último é denominado de escolha objetual do tipo “anaclítico” ou de “ligação”, e implica que a escolha de objeto das crianças de tenra idade deriva de suas experiências de satisfação obtidas através dos cuidados da mãe, ou quem quer a substitua (Freud, 1914/1980).

Neste período, a criança está se desenvolvendo sexualmente, no qual o órgão genital, no caso o pênis, assume o papel principal. Tal período é denominado de fase fálica,

e é contemporâneo do Complexo de Édipo, momento em que a criança toma a mãe como objeto amoroso. Em detrimento do seu desejo, a criança se depara com a possibilidade de castração, nos casos dos meninos, ou seja, uma parte muito valorizada de seu corpo, o pênis, lhe será tirada caso não abandone seu objeto. Diante de tal possibilidade, a ameaça de castração ocasiona a destruição da organização genital fálica da criança, porém não de imediato. Segundo Freud (1924/1980), o menino não acredita na ameaça e não a obedece absolutamente, vindo a mudar de idéia em um momento específico:

“A observação que finalmente rompe sua descrença é a visão dos órgãos genitais femininos. Mais cedo ou mais tarde a criança, que tanto orgulho tem da posse de um pênis, tem uma visão da região genital de uma menina e não pode deixar de convencer-se da ausência de um pênis numa criatura assim tão semelhante a ela própria. Com isso, a perda de seu próprio pênis fica imaginável e a ameaça de castração ganha seu efeito adiado.” (Freud, 1924/1980, p. 91)

Isto posto, o menino encontra-se em uma situação de escolha, a saber, prosseguir com seu investimento no objeto parental e, com isso, perder seu órgão genital, ou abandonar seu objeto amoroso a favor do pênis. O resultado mostra que o narcisismo fala mais alto, e o ego da criança volta as costas ao Complexo de Édipo.

Nas meninas, por outro lado, o Complexo de Édipo se dá de forma diferente. Inicialmente, como no caso dos meninos, o objeto de desejo é a mãe, porém esta é logo abandonada a partir do momento em que a menina constata que não possui um pênis como o sexo oposto. Ela, como afirma Freud (1924/1980), não entende sua falta de pênis como uma diferença de caráter sexual. A sente como se, em épocas anteriores, chegou a possuir um e que depois o perdera por castração. Desta forma, o ingresso da menina no Complexo de Édipo, momento em que esta adota como objeto amoroso o pai, tem como porta de entrada a castração consumada, o contrário do menino, que justamente abandona a situação edípica por temor à ela.

A menina, ao perceber que não poderá obter um pênis, direciona seu objetivo à posse de um bebê, que só poderá ser dado pelo pai. Desta forma, seu Complexo de Édipo culmina com um desejo, mantido por muito tempo, de receber do pai um bebê como presente. A dissolução do Complexo de Édipo na menina é gradativamente abandonado de vez que esse desejo não se realiza e, assim, ambos os desejos – possuir um pênis e um

filho – permanecem fortemente catexizados no inconsciente e ajudam a preparar a criança do sexo feminino para seu papel posterior (Freud, 1914/1980).

Os meninos não aceitam a castração uma vez que não querem abandonar seu objeto de amor. A princípio, eles a concebem como não se não existisse, demonstrando indiferença até perceberem que ela pode realmente acontecer. Tendo isso em vista, é possível fazer relação com o não abandono imediato do objeto perdido no processo de luto. O luto, como já foi mencionado, caracteriza-se pelo processo de desinvestimento do objeto de amor para que, assim, novos investimentos libidinais possam ser feitos. Todas as lembranças em relação ao objeto são hipercatexizadas e, em seguida, uma a uma, são desinvestidas. Porém, o sujeito não aceita de bom grado abandonar tal objeto, o que torna o luto um trabalho doloroso (Freud, 1917/1980).

Freud (1917/1980) descreve o luto como um trabalho que o ego tem de realizar para adaptar-se à perda do objeto amado, perante a percepção propiciada pelo teste de realidade de que este não irá mais voltar. Assim como no luto, a criança não aceita de bom grado abandonar seu objeto amoroso, não dando importância para a possibilidade de castração. Porém, frente ao teste de realidade, a saber, quando se depara com o sexo oposto e constata que este não possui o órgão genital, aceita a castração como fato consumado, abrindo mão do objeto.

A partir do momento que a criança abandona o objeto parental como objeto de amor, há o estagnamento da fase fálica e a criança entra no período de latência. Além disso, há a instalação do supereu, que entra no lugar da figura do pai impondo a proibição do incesto e, finalmente, novas catexias objetais são feitas. A figura parental deixa de ser tomado como objeto amoroso e há a identificação do sujeito, normalmente, com o outro genitor. Este, como diz Freud (1914/1980), é idealizado pelo sujeito, que lhe atribui toda a forma de perfeição que outrora era desfrutada por seu eu real e que, agora, procura recuperá-la sob a nova forma de um eu ideal. Ou seja, a criança se identifica com um dos pais e o toma como um ideal a ser alcançado, acreditando que, desta maneira, voltará à perfeição do narcisismo primário. Este processo também é chamado por Freud de narcisismo, porém, agora, secundário (Freud, 1914/1980).

Assim como é importante que uma criança tenha a presença dos pais para que invistam libidinalmente nela, construindo, assim, seu eu e identidade, é de mesma importância que a criança passe por todo o processo do Complexo de Édipo (período que caracteriza a constituição do sujeito) e, em seu final, tenha figuras com que possa se

identificar. Todo este processo é fundamental para o desenvolvimento tanto psíquico quando cognitivo da criança e, quando ocorre a morte de um dos genitores, todo esse período pode ser desorganizado, exigindo, assim, uma reorganização em novas bases. Conforme afirma Scalozub (1998/2007):

“Toda criança tem dificuldade de elaborar a perda de um objeto amado, principalmente aquele do qual depende, pois seu psiquismo ainda está em desenvolvimento, e ela necessita das pessoas que garantem sua sobrevivência física e desenvolvimento emocional.” (Scalozub, apud Franco&Mazorra, 2007, p. 505)

A partir disso, o pequeno sujeito terá que lidar não apenas com a perda, mas também com todas as implicações que ela traz.

O mundo de uma criança é permeado pelas fantasias que ela constrói. Tais fantasias representam a realização de desejos e são resultado de suas vivências e cada uma possui seu significado que irá acompanhá-la em suas relações e no processo de desenvolvimento psíquico. A morte de um dos pais também ganhará significado nas fantasias que permeiam o imaginário da criança, podendo refletir em seu processo de elaboração do luto.

Segundo Franco&Mazorra (2001/2007), com a perda, o mundo da criança fica enlutado, tornado-se difícil lidar com toda a gama de sentimentos que parece invadi-la diante do desmoranamento de sua família. A perda fica inscrita no mundo imaginário da criança, fazendo com que o sintoma, presente no processo de enlutamento, seja a expressão simbólica de construções fantasmáticas (Freud&Breuer, 1893 – 1895/2007). Franco&Mazorra também afirmam que

“(...) por meio das fantasias seria possível apreender a dinâmica do luto, tendo-se em conta os sentimentos, reações e sintomas envolvidos e o modo como a criança processa a realidade concreta da perda de um ou ambos os pais.” (Franco&Mazorra, 2001/ 2007, p. 504)

Mazorra (2001/2007) fez um estudo acerca das fantasias que acompanham o processo de luto de uma criança frente a perda de um dos genitores, e afirma que a fantasia

é a representação de desejos, disfarçados em maior ou menor grau, por processos defensivos. Além disso, a fantasia, também é a satisfação de um desejo insatisfeito, a correção de uma realidade não satisfatória. Isto posto, é possível pensar que a criança, a partir do momento que percebe o não retorno do objeto como estava antes acostumada, passa a imaginar e fantasiar sua causa. A criança passa a desenvolver uma série de sentimentos que acompanham tais fantasias e, ao se deparar com seus desejos não sendo mais satisfeitos como outrora, pode se questionar o porquê disto acontecer.

A autora fez uma pesquisa qualitativa clínica, realizada por meio de estudos de caso com cinco crianças de ambos os sexos. As crianças tinham de 3 a 8 anos de idade e estavam enlutadas pela morte de um ou ambos os pais, ocorrida no máximo um ano antes da referida pesquisa, pois este seria usualmente o momento em que o luto estaria mais agudo e as fantasias relacionadas à morte mais vivas e frequentes.

As principais fantasias que apareceram frente à perda foram a identificação com o genitor morto, culpa edípica pela morte do genitor e culpa pela destrutividade, todas elas permeadas pelo sentimento de desamparo. É importante ressaltar que o processo de elaboração do luto, assim como as fantasias infantis que o permeiam, também sofrem influência da dinâmica familiar na qual a criança está inserida. Esta dinâmica, associada ao inconsciente da família, é de grande importância na hora de acolher a criança enlutada.

A fantasia de identificação com o genitor, pelos resultados, indica que tal identificação se relaciona com o fato da criança querer ocupar o lugar do genitor que morreu, mostrando-se ser uma fantasia de identificação de caráter fusional. Esta ocorre quando o genitor falecido e a criança são do mesmo sexo, e há a fantasia inconsciente familiar de que haja essa reposição da figura perdida (Franco&Mazorra, 2001/2007).

Tal fantasia pode estar associada ao fato da criança ter perdido o objeto que idealizava, ou seja, aquele o qual a criança via como sendo seu ideal de eu. Como dito anteriormente, a criança, ao abandonar seu objeto libidinal, acaba por identificar-se com o genitor do sexo oposto (ou seja, aquele do mesmo sexo que ela) e passa a vê-lo como um ideal a ser alcançado. Este ideal seria, como o ego infantil, possuidor de toda a perfeição e valor e, uma vez obtido, voltaria para o narcisismo perdido da infância, em que acreditava ser tudo para o outro.

O fato do genitor morto ser do mesmo sexo que a criança é um fator dificultante do processo de elaboração do luto, como apontam os resultados da pesquisa

(Mazorra,2001/2007). As dificuldades podem surgir a partir do momento que a criança se depara com a falta de seu objeto identificatório. Para uma criança pequena, é de extrema importância que ela tenha um ideal a ser atingido. A partir do momento que ela perde esse ideal, pode sentir-se desamparada, e sua constituição e desenvolvimento ficarem prejudicados.

Em “Luto e Melancolia” (1915/1980), Freud faz a diferenciação entre o processo normal do luto e a melancolia, caracterizando esta última como sendo uma reação frente não necessariamente à perda de um objeto de amor, mas sim de um o objeto tido como ideal para o sujeito. No mesmo texto, o autor afirma que o sujeito melancólico ao retirar a libido do objeto perdido não a desloca para novos objetos e, “(...) assim a sombra do objeto caiu sobre o ego, e este pôde, daí por diante, ser julgado por um agente especial, com se fosse um objeto, o objeto abandonado” (Freud, 1915/1980, p. 128). Desta forma, ela foi retirada para o ego, e serviu para estabelecer uma identificação do ego com o objeto abandonado, o que ilustra a identificação da criança com o genitor morto ao querer ocupar seu lugar.

Isto posto, um dos sintomas frente à morte de algum familiar amado pode se apresentar como uma preocupação exagerada pelo bem-estar dos parentes, ou com auto-recriminações infundada. Ambas possivelmente associadas à fantasia de identificação com o genitor, pois esta implica em ocupar o lugar do objeto, lugar este que poderia ser de cuidador dentro da família, e se for uma identificação narcisista, no caso da melancolia, a criança se colocará em um lugar de auto-punição e auto-recriminação.

Outra fantasia presente nas crianças se apresenta como culpa edípica pela morte do genitor, tendo como fatores contribuintes a relação ambivalente com o genitor, o pensamento egocêntrico da criança e o momento edípico de desenvolvimento psicosssexual (Mazorra, 2001/2007). A criança poderia sentir tal culpa se estivesse passando pelo momento do Complexo de Édipo e, a situação edípica, implica que, para que a criança possa concretizar seu desejo de ter apenas para si o objeto amado, o outro, tido como rival, teria que desaparecer. Como afirma Freud (1915/1980), nosso inconsciente não executa o ato de matar, ele simplesmente o pensa e o deseja, e completa: “(...) em nossos impulsos inconscientes, diariamente e em todas as horas, nos livramos de alguém que nos atrapalha, que nos ofendeu ou nos prejudicou” (Freud, 1915/1980, p. 156).

Porém, o mesmo objeto para o qual a criança volta sua hostilidade também é aquele por quem nutre sentimentos afetuosos. Desta forma, ao perceber que o objeto,

supostamente rival, desapareceu permanentemente, a criança pode acreditar que seu desejo de eliminá-lo tornou-se efetivo, sentindo culpa por seus impulsos hostis. Os seres mais amados – pai, mãe, irmão, irmã, esposo, esposa, filho – são parcialmente estranhos, até mesmo inimigos e, como afirma Freud (1915/1980):

“À exceção de apenas pouquíssimas situações, adere à mais terna e à mais íntima de nossas relações amorosas uma pequena parcela de hostilidade que pode excitar um desejo de morte inconsciente.”
(Freud, 1915/1980, p. 157)

Da mesma forma, a terceira fantasia presente, a saber, a culpa pela destrutividade, também tem como fator contribuinte a relação ambivalente e confusa com os genitores. Além disso, neste caso, também encontram-se outros fatores como medo da família, de sua agressividade e fantasia da família da criança com aspectos negativos dos pais; segredo em relação à causa da morte (Mazorra, 2001/2007).

A culpa está presente hoje como resultado de uma história primeva da humanidade repleta de assassínios. Tal sentimento, como afirma Freud (1915/1980), foi condensado em algumas religiões na doutrina da culpa primeva, do pecado original, e provavelmente é o resultado de uma culpa de homicídio em que teria incorrido o homem pré-histórico. Em “Totem e Tabu” (1913/1980), o mesmo autor afirma:

“E, se o pecado original foi uma ofensa contra Deus Pai, o crime primevo da humanidade deve ter sido um parricídio, a morte do pai primevo da horda humana primitiva, cuja imagem mnêmica foi depois transfigurada numa deidade.” (Freud, 1913/1915/1980, p. 153)

Isto posto, o pecado original somado à série de homicídios que incorreram na humanidade, faz com que o homem civilizado sinta culpa frente aos seus impulsos hostis, tanto em relação a quem ele conhece quanto aos desconhecidos. O sentimento de culpa no homem gerou os primeiros mandamentos éticos, e a primeira e mais importante proibição feita pela consciência foi: não matarás. Esta surgiu frente à morte de pessoas amadas como uma reação frente à satisfação do ódio que se ocultava sob o pesar, estendendo-se

gradativamente a estranhos que não eram amados e, finalmente, até mesmo a inimigos (Freud, 1915/1980).

Frente à morte de um genitor, a criança se remete à culpa do pecado original, sentindo que eliminou o pai da horda. Ao mesmo tempo que seu desejo foi realizado, sente que seus impulsos destrutivos também tem força. A destrutividade, hoje, pode ser controlada pelo lado racional e civilizado do homem moderno, mas não o pode pelo lado do inconsciente humano (Freud, 1915/1980).

As fantasias são construídas de acordo com a realidade psíquica de cada sujeito, numa interação constante entre mundo interno e externo. Sendo assim, a construção das fantasias por parte da criança, e a maneira como irão influenciar no processo de elaboração do luto, dependerão da história da criança e como sua realidade subjetiva foi constituída. No trabalho de luto, há a resignificação da relação com o objeto perdido, permitindo, assim, ao sujeito, desvincular-se dele e prosseguir adiante.

Como mencionado, o sentimento que permeia as principais fantasias infantis é o desamparo, pois a morte de um dos pais gera na criança um sentimento de profunda ameaça em sua sobrevivência física e emocional. Segundo Franco&Mazorra (2001/2007), isto ocorre pelo fato de, além da morte do genitor, a criança perde também a situação familiar anterior, pois a família também precisa reorganizar-se frente à perda.

Quando há a morte de um familiar, todo o restante da família se desorganiza e a elaboração do luto por parte da criança depende não apenas de suas fantasias (fatores intrapsíquicos) e o mundo externo, mas também na forma como o genitor sobrevivente faz sua elaboração, assim como o restante da família (Franco&Mazorra, 2001/2007). As fantasias infantis, frente à perda de um dos genitores, dependem intimamente do momento de desenvolvimento da criança – psicosssexual, cognitivo e modo de funcionamento egóico - ; condições circundantes ao evento da morte – tipo da morte, como aconteceu – e dinâmica familiar antes e após a morte – modo como a família lidou com a morte, lugar determinado da criança pela família antes e após a morte, relacionamento da criança com o genitor falecido e demais membros da família.

É comum que o genitor sobrevivente, em razão do vínculo com o falecido, esteja muito mobilizado com a morte, podendo a criança sentir que houve duas perdas, aumentando a sensação de desamparo. Além disso, é comum, também, a criança sentir-se abandonada pela pessoa que morreu, visto que esta era tomada como um objeto

idealizado, e a criança não compreende que os pais sofreram algo independente de sua vontade. É importante que o genitor sobrevivente deixe claro para a criança que o lugar do genitor morto não está vago, e que nunca poderá ser da criança, evitando o processo identificatório e a fantasia de ocupar o lugar do genitor que morreu. Caso não haja essa diferenciação, também pode ocorrer do sentimento de culpa pela morte aumentar, e a criança sentir que seus impulsos destrutivos são fortes e o desejo de se livrar do rival trinfou, dificultando o processo de elaboração do luto.

O que também pode dificultar a elaboração da criança refere-se à ocasião em que se deu a morte do genitor. Franco&Mazorra (2001/2007) afirmam que a situação de morte violenta é um fator determinante de fantasias, sentimentos e reações comportamentais específicos, podendo haver, por exemplo, a desidealização brusca do genitor perdido e intenso sentimento de desamparo e fragilidade diante da vida. Além disso, depende, também, o tipo de relação que a criança mantinha com o genitor. Como já foi dito, o genitor ser do mesmo sexo que a criança é um fator que complica a elaboração, mas também outros fatores podem se tornar um empecilho, como relação muito ambivalente, relação confusa e indefinida e relação de apego ansioso (Franco&Mazorra, 2001/2007).

Para qualquer criança pequena a morte de um dos genitores é uma perda muito difícil e desorganizadora, podendo afetar seu desenvolvimento emocional e psíquico. Para que esta perda possa ser trabalhada e elaborada de forma saudável é preciso que seja dado à criança um respaldo, principalmente da família. Esta também está passando pelo processo de luto, tendo que reorganizar-se tanto quanto a criança, porém não pode deixá-la de lado. Ao contrário, precisa ser continente e abarcar todos os sentimentos que a criança expuser, pois, senão, estes poderão virar sintomas, como agressividade, o que dificulta no processo de elaboração. O genitor sobrevivente precisa explicar para a criança o que realmente está acontecendo, e não omitir-lhe ou inventar histórias a respeito da morte do outro genitor. Os adultos costumam fazer isso para poupar as crianças, porém o não-dito vai estar presente e será captado pelo inconsciente da criança, atravessando o trabalho de luto. Desta forma, a possibilidade da criança elaborar o luto vincula-se ao processo de elaboração do luto pela família e à fantasmática inconsciente familiar.

CAPÍTULO 4 - Luto pela perda de um irmão

A chegada de um irmão, muitas vezes, é sentida pela criança como o surgimento de um estranho que invade, usurpa e transforma a harmonia familiar. Com o novo membro, uma gama de sentimentos ambivalentes são despertados no primogênito, fazendo com que este o tome como objeto rival, em que direcionará seu ciúme e inveja, e, também, como objeto de amor. Em "Totem e Tabu" (1913/2007), Freud ilustra que desde as épocas antigas esta relação entre irmãos existia, ao relatar que ao se juntarem para assassinar o pai tirânico da horda, os irmãos constituíram uma associação fraternal, baseada na solidariedade entre eles. Porém, ao perceberem que nenhum poderia ocupar o lugar deixado pelo pai, pois senão acabaria tendo o mesmo fim, os irmãos fazem um acordo, um pacto que suporta a falta e tolera a diferença, apesar de continuamente este pacto ser ameaçado pela competição, hostilidade e rivalidade fraternas.

Este, segundo Freud (1913/2007), seria o início do processo civilizatório e a inserção do homem na cultura e no mundo moderno em que, posteriormente, o pacto social representado pela família ocupará o lugar das fratrias. Tendo isto em vista, a relação entre irmãos, com base no que Freud aponta, tem o seu lado rivalitário, mas, ao mesmo tempo, também de solidariedade.

Cada criança vai se relacionar com seus irmãos de forma específica, dependendo de sua personalidade e desenvolvimento psíquico, além da dinâmica familiar em que está inserida. Para Adler (1957/2007), pode-se apenas julgar um ser humano, quando se conhecer a situação em que ele se desenvolveu e, em especial, a posição que ocupava, quando criança, no quadro da família. O filho mais velho, por exemplo, teria uma situação mais favorável, e seria geralmente mais ligado aos pais do que os outros filhos (Britto, 2002/2007). Já o segundo filho, segundo Adler (1957/2007), vive em estado de tensão para obter a superioridade e tentar ultrapassar o mais velho ¹.

Não importa se a criança é a primogênita ou a caçula, sua relação com o irmão, inicialmente, será de rivalidade, pois estarão disputando a atenção e o amor exclusivo dos pais. Segundo Klein (1981/2007):

¹ Freud e Adler, por terem idéias e teorias divergentes, acabam se separando, o que mostram os trabalhos "História do Movimento Psicanalítico" (Freud, 1914) e "Um Estudo Auto-biográfico" (Freud, 1926).

“A partir do nascimento do segundo filho, terão início partilhas, negociações, julgamentos. O filho mais velho necessitará reorganizar seu espaço e sua maneira de pensar levando em conta a existência do mais novo. A fratria desloca o primogênito do lugar único e privilegiado que este, até então, ocupava na relação com os pais.” (Klein, 1981/2007, p. 295)

Desta forma, a chegada de um irmão compõe a inserção do outro na rede de relações sociais, podendo ser considerado uma nova configuração edípica. Para diferenciar tal situação do Complexo de Édipo, Júnior (2003), traz a idéia da existência de um complexo fraternal como sendo uma variante do primeiro, e poderia ser exemplificado por Freud (1976^a/2003) da seguinte forma:

“Quando outras crianças aparecem em cena, o Complexo de Édipo avoluma-se em um complexo de família. Este, com novo apoio obtido a partir do sentimento egoístico de haver sido prejudicado, dá fundamento a que os novos irmãos e irmãs sejam recebidos com aversão, e faz com que, sem hesitações, sejam, em desejos, eliminados.” (Freud, apud Júnior, 2003, p. 389-390)

Assim, o complexo fraternal seria a ambivalência que a criança manifesta contra os irmãos, tidos como rivais, frente à possibilidade de perda ou divisão do carinho dos pais. A conduta da criança em ambos os complexos, portanto, é a mesma: ela dirige sua libido a um dos pais, enquanto a sua hostilidade é direcionada ao pai do outro sexo (Complexo de Édipo), ou aos irmãos (complexo fraternal).

Para Benghozi&Féres-Carneiro (2001/2007), há a existência do vínculo fraterno, que seria uma construção psíquica comum aos membros de uma fratria, que lhes permite distinguir-se como subgrupo dentro do grupo familiar. Assim, com a chegada de um irmão, a criança é obrigada a retirar-se da posição de objeto exclusivo e privilegiado da figura materna, o que facilita a diferenciação do real e do imaginário e assegura a mediação e o intercâmbio entre a realidade psíquica e a realidade grupal em seus componentes familiares, sociais e culturais (Benghozi&Féres-Carneiro, 2001/2007). Desta forma, pode-se afirmar que o vínculo fraterno é um dos elementos que participam da constituição do

aparelho psíquico de uma criança, pelo fato de ajudar a promover esta passagem de “tudo para o outro”.

A fratria é o lugar da competição e da rivalidade, sendo ocasião para o surgimento dos sentimentos de ciúme e inveja entre os irmãos. A inveja, segundo Melanie Klein (1974/2007), designa um sentimento primário e inconsciente em relação a um objeto que se quer danificar ou destruir, a saber, o seio materno. O ciúme, por sua vez, seria a elaboração da inveja, constituindo uma defesa eficaz contra esta. Os ciúmes poderão ser mais bem aceitos e não produzir tanta culpa quanto a inveja primária. Segal (1966/2007) afirma que o ciúme visa à posse do objeto amado e à exclusão do rival, e que a inveja visa estragar a bondade do objeto. Na relação fraternal, assim, os sentimentos de ciúme e de inveja seriam vivenciados de forma intensa, pois são vivenciadas nele a situação de ameaça de perda da figura de posse para o outro; e a de sucesso alheio ou a perspectiva disso em relação a essa figura (Júnior, 2003).

Freud (1913/2007) já afirmava que o ciúme e a inveja estariam presentes antes da eliminação do pai da horda e da formação da fraternidade, segundo seu trabalho em “Totem e Tabu” (1913/2007), sendo tais sentimentos e a rivalidade nunca de todo eliminados. A necessidade de controlar a rivalidade fraterna permitiu o nascimento e permite, por sua vez, o renascimento, do senso e da exigência de justiça.

Ao mesmo tempo em que a relação entre irmãos é tida como de rivalidade, ela também pode ser uma relação de ajuda recíproca, colaboração, assistência, além dos irmãos serem modelos de identificação diferentes do dos pais (Losso, 2001/2007). Entre os irmãos, a transmissão ocorre por escolha, uma vez que o que os filhos dificilmente aceitam dos pais – como a lei, por exemplo – podem aceitar de seus pares, amigos ou irmãos (Goldsmid&Féres-Carneiro, 2007). Além disso, o vínculo entre irmãos sustenta o equilíbrio familiar em situações de crise, tais como separação dos pais, doença, morte de um dos pais, de ambos ou de algum outro membro. Tais acontecimentos não se constituirão em traumáticos ou instalarão uma patologia, a partir do momento que exista um “continente” para elas, sendo este podendo vir da relação fraterna.

Assim, através do vínculo fraterno,

“(…) Os irmãos vão poder aprender as coisas da vida e do mundo, adquirir elementos de linguagem, escutar histórias familiares, elaborar a angústia, desenvolver a criatividade através de jogos e brincadeiras, explorar domínios

desconhecidos, entre os quais a sexualidade.” (Goldsmid; Féres-Carneiro, 2007, p. 303)

A fratria também estabelece laços de cumplicidade, o que remete novamente aos escritos de “Totem e Tabu” (Freud, 1913). Nesta cumplicidade, irmãos unidos, em muitas ocasiões, se permitem desafiar a proibição da autoridade do pai, numa tentativa de liberdade, o que levaria ao enfraquecimento do poder absoluto que a palavra paterna tem na infância.

Quando há a morte repentina de um irmão, a criança e todo seu contexto familiar sofrerá uma desorganização, sendo necessária a elaboração da perda. A perda por morte, como apresentado ao longo do trabalho, quando é vivido por uma criança pequena, causa um grande impacto em seu desenvolvimento tanto psíquico quanto emocional, podendo desorganizá-la e, além disso, ativar diversas fantasias em seu imaginário que irão permear todo o processo de luto. Acredito que assim como a perda de um dos genitores coloca a criança em um estado de desamparo, a morte de um irmão também a levará à este, pelo fato de ser a perda de um objeto importante e relevante em sua constituição enquanto sujeito.

Uma vez que há a perda do irmão, há também a perda de um modelo de identificação diferente do dos pais, pois o irmão iria ajudar a preparar o sujeito para as relações sociais externas, uma vez que a vida na fratria traz no cotidiano em família a possibilidade de se engajar nas relações. Além disso, os irmãos também podem estabelecer laços de cumplicidade, uma vez que se juntam para “enganar o pai”. Juntos, eles se unem para desafiar o pai e evitar a autoridade, em uma tentativa de legitimar sua liberdade. A morte do irmão representaria a perda do cúmplice, do companheiro, contra o pai “tirânico da horda”, o que levaria a criança ao desamparo frente à constatação de que agora encontra-se sozinha nesta situação.

Freud (1915/1980) afirma que as relações emocionais que o sujeito estabelece são regidas pela ambivalência. Para ele, os seres que mais amamos são também aqueles a quem dirigimos uma parcela de sentimento hostil. Com os irmãos, isto ocorre na medida em que, ao deparar-se com a chegada de um outro que disputa a atenção de seus pais, principalmente da mãe, a criança perde seu lugar central na relação parental, tendo que dividir não apenas a atenção e os cuidados mas, em muitos casos, o mesmo quarto, os

mesmos brinquedos e vestimentas. Tudo isso faz com que seja dirigido ao novo integrante um sentimento hostil, nascendo a rivalidade, a disputa entre os irmãos.

Com a morte do irmão, a criança imaginariamente acredita que o lugar anterior na relação com os pais poderá ser restabelecido, algo que, na verdade, não é possível de acontecer. Neste caso, haveria, inconscientemente, certo grau de satisfação na morte do irmão, pois o rival não existiria mais. Ao mesmo tempo, porém, a criança vem a sentir culpa frente à morte, por acreditar que ela ocorreu em consequência de seus desejos e impulsos hostis de livrar-se daquele que a atrapalhava. A culpa surge justamente devido ao sentimento ambivalente direcionado ao objeto. Ao mesmo tempo que o irmão é tido como rival e, portanto, sua eliminação despertaria certo grau de satisfação no sujeito, ele também é tido como um igual, no sentido de também ter que seguir as leis e as regras dentro da dinâmica familiar, além de ajudar no desenvolvimento da personalidade.

Neste sentido, pode-se dizer que há uma relação de solidariedade entre os irmãos, podendo estes estabelecer um vínculo fraterno, que seria regido por sentimentos não destrutivos, mas sim de cumplicidade. Com a perda do irmão, perde-se também um aliado dentro de casa contra os pais, além de um companheiro que prepara para a vida em grupo fora do âmbito familiar. Os irmãos são a ligação com o passado quando os pais não estiverem mais presentes, e podem ser, também, uma rede de apoio em casos em que há a falta dos pais ou quando estes são figuras deficitárias em seus papéis.

A perda do irmão será sentida a partir do grau de relação que era estabelecida entre o sujeito sobrevivente e o irmão que morreu. Os pais criam expectativas não apenas no filho que vai nascer, mas também em como será a relação entre este e o irmão mais velho. Desta forma, o casal projeta nos filhos os fantasmas da sua relação com seus próprios irmãos na infância, ou as fantasias que faziam a respeito de um irmão imaginário caso tenham sido filhos únicos (Goldsmid; Féres-Carneiro, 2007).

Com isso, caso a relação tenha sido marcada por muitas brigas e disputas, é provável que o sentimento de culpa seja o mais marcante frente à perda, pois a criança pode sentir que a morte se deu por conta de seus impulsos hostis e desejos de eliminação, o que se daria de forma diferente se a relação fosse, na maioria das vezes, de amizade e companheirismo. Tudo isto vai depender da forma que os pais mediarão a relação dos filhos e como eles próprios lidam com suas fantasias e expectativas frente à fraternidade.

Com a morte, a família terá que se reorganizar em uma nova configuração e os pais também terão que enfrentar o processo de luto. Porém, não poderão esquecer que existe um sujeito que continua vivo e que, mesmo sendo uma criança pequena, está sentindo a perda tanto quanto eles, precisando de continente para que os sentimentos frente à situação possam ser ouvidos e acolhidos, ajudando no trabalho de elaboração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho propôs-se discutir como crianças pequenas lidam com a perda de objetos significativos, a saber um dos genitores e um irmão, e as repercussões que esta terá em seu psiquismo e seu processo de elaboração através do luto. Com a discussão e estudando-se o luto através da visão freudiana, pôde-se constatar que as perdas não precisam ser necessariamente por morte para serem tratadas como significativas. Elas ocorrem a partir do momento que o sujeito vem ao mundo e, a partir de seu nascimento, todas as experiências de perdas e separações serão vividas e significadas de maneiras diferentes, dependendo da história de vida de cada um.

Neste sentido, pode-se resgatar o conceito de séries complementares postulado por Freud (1916/1980), em que afirma que os acontecimentos subjetivos não dependem apenas da genética e nem apenas do ambiente. Existem um conjunto de fatores e uma influência de ambos que determinam tais acontecimentos. Assim, a maneira como cada sujeito irá lidar com a perda e a forma como ele a resignificará, está intimamente ligada ao conceito de séries complementares.

O sujeito tende a não enxergar a morte como algo inerente a ele. Ao contrário, a pensa como algo distante, que não está implicado em sua vida. Isto se dá pelo fato da morte não estar inscrita no inconsciente, sendo esta inacessível a este campo. Como afirma Freud (1915/1980), o homem primevo apenas se daria conta da sua finitude a partir do momento que seus entes mais queridos morressem, mas, mesmo assim, não teria noção da morte propriamente dita, assim como ocorre hoje.

O presente estudo mostra que tanto adultos quanto crianças, ao perderem alguém por morte, ficam desorganizados psicologicamente, devendo ambos pasarem pelo teste de realidade e, assim, iniciarem o trabalho de luto, buscando uma organização em novas bases. Através da elaboração da perda é que o sujeito poderá dar um significado a ela e resignificar sua relação com o objeto, dando continuidade à sua vida. A forma como os adultos fazem o trabalho de elaboração do luto difere-se das crianças, na medida em que estas, por serem pequenas, estarem em desenvolvimento tanto psíquico quanto cognitivo e, desta forma, significarem a morte e a perda de maneira diferente dos adultos.

Uma vez que os adultos fazem o papel de continente para as angústias da criança, fica mais fácil a passagem do luto por ela. Tratando-se da morte de um dos genitores ou de

um irmão, estas despertarão angústias e um forte sentimento de desamparo na criança, pois são perdas de objetos importantes, os quais vão além de apenas satisfazer as necessidades da criança. São objetos que, ao mesmo tempo que a criança direcionava seu amor, também era direcionada uma parcela de hostilidade, matendendo-se, assim, uma relação ambivalente com tais objetos. Devida a essa ambivalência, quando há a morte do genitor ou do irmão, o sentimento que prevalece na criança é o sentimento de culpa.

A partir do momento que a criança se dá conta que um genitor ou o irmão morreu, as fantasias que permeiam seu imaginário começam a criar sentimentos e situações que possam explicar a morte e suas possíveis causas. Dependendo das fantasias, o trabalho de luto pode ser ou não dificultado, pois é a partir delas que a criança irá elaborá-lo.

A fantasia que mais aparece em casos de morte de um destes objetos é aquela que desperta a culpa na criança, que está relacionada a ela acreditar que foi por sua culpa que o genitor ou o irmão morreu. Esta culpa está ligada à ambivalência da relação que a criança mantinha com o objeto perdido. A ambivalência permeia todas as relações amorosas, seja com pai, mãe, irmão ou outro ente. São objetos que são próximos mas, também, são estranhos e ao mesmo tempo podem ser tratados como inimigos por parte do sujeito.

A culpa que a criança sente advém dela achar que os impulsos hostis obtiveram resultado e o desejo de eliminar o outro foi realizado. Tal desejo diz respeito a eliminação do genitor para que a criança possa ficar com o genitor do outro sexo e, no caso de morte do irmão, a eliminação do irmão para que a criança possa restabelecer a relação e o lugar que tinha com os pais antes dele. É importante, neste momento, que a criança receba a atenção dos outros familiares, em especial do genitor sobrevivente ou de ambos, para que os sentimentos em relação à perda possam ser abarcados e que o processo de luto não seja prejudicado.

Quando ocorre um acontecimento o qual é difícil para o sujeito lidar ou, no caso de uma criança, expor seus sentimentos em relação a ele, este pode tornar-se traumático e, a partir disso, ser recalçado. Uma criança ainda está em processo de desenvolvimento psíquico e cognitivo e, ao deparar-se com a perda de um objeto importante, pode senti-lo com uma carga de energia com a qual não consegue lidar, não conseguindo processá-la através do luto. Quando não há espaço para a realização do luto, não há a elaboração saudável da perda, podendo os sentimentos não expostos se manifestarem através de sintomas, como, por exemplo, agressividade por parte da criança.

O luto não realizado e suas conseqüentes implicações podem vir a se manifestar, também, ao longo da vida da criança, em que acontecimentos futuros poderão reativar os conteúdos uma vez recalçados, fazendo com que seja necessário que haja a quebra das resistências para que o sujeito possa entrar em contato com eles, recordá-los e, finalmente, elaborá-los.

A família também estará passando por um momento difícil e também precisará se reorganizar, mas para que a elaboração da perda pela criança possa se dar da forma menos traumática possível, é necessário que a família esteja aberta e disposta a ser continente para ela. Além disso, a dinâmica familiar não pode se alterar no sentido de desestruturar o lugar da criança dentro dela. Se houver, por exemplo, a perda de um irmão, o lugar da criança deverá ser assegurado, embora este passe por mudanças e não seja mais o mesmo. Ou seja, os pais em suas fantasias e desejos inconscientes, podem querer que a criança sobrevivente ocupe o lugar que a outra deixou, despertando outros sentimentos e fantasias nela, além de agravar o sentimento de culpa no sentido de não conseguir atender às expectativas dos pais.

Os pais, assim como toda a família, devem se reorganizar em novas bases, mas prestando atenção à criança que também necessita de apoio, visto a fase de desenvolvimento em que se encontra. Com o apoio dos pais e/ou da família, as fantasia e o desamparo da criança frente à morte à perda do objeto não tomarão proporções tão grandes, sendo a elaboração do luto feita de maneira saudável.

Acredito que o luto seja mais que um sentimento, um estado ou um processo. É uma transformação necessária que o sujeito precisa sofrer para poder, assim, desvincular-se do objeto perdido, retendo apenas o que a relação entre ambos trouxe, a ressignificando e a internalizando.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FERREIRA, A. B. H. *O Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 3. ed. rev. e ampl. Curitiba: Positivo, 2004.
- FREUD, S. A Dissolução do Complexo de Édipo (1924). In: *Edição Standard brasileira das Obras Psicológicas Completas de Freud*, Rio de Janeiro: Imago, 1980, Vol. XIX, p. 89 – 93.
- FREUD, S. Inibição, Sintoma e Angústia (1926[1925]). In: *Edição Standard brasileira das Obras Psicológicas Completas de Freud*, Rio de Janeiro: Imago, 1980, Vol. XX, p. 42 – 97.
- FREUD, S. Reflexões Sobre os tempos de Guerra e Morte (1915), In: *Edição Standard brasileira das Obras Psicológicas Completas de Freud*, Rio de Janeiro: Imago, 1980, Vol. XIV, p. 142 – 159.
- FREUD, S.; BREUER, J. Sobre o Mecanismo dos fenômenos histéricos: Comunicação Preliminar (1893), In: *Edição Standard brasileira das Obras Psicológicas Completas de Freud*, Rio de Janeiro: Imago, 1980, Vol. II, p. 17 – 28.
- FREUD, S. Luto e Melancolia (1917 [1915]), In: *Edição Standard brasileira das Obras Psicológicas Completas de Freud*, Rio de Janeiro: Imago, 1980, Vol. XIV, p. 122 – 135.
- FREUD, S. Os caminhos da formação dos Sintomas (1916-1917). In: *Edição Standard brasileira das Obras Psicológicas Completas de Freud*, Rio de Janeiro: Imago, 1980, Vol. XVI, p. 68 – 79.
- FREUD, S. Sobre o Narcisismo: Uma Introdução (1914), Vol. In: *Edição Standard brasileira das Obras Psicológicas Completas de Freud*, Rio de Janeiro: Imago, 1980, XIV, p. 38 – 53.
- FRANCO, M. H. P; MAZORRA, L. Criança e Luto: vivências fantasmáticas diante da morte do genitor. *A Criança e Luto: vivências fantasmáticas diante da morte do genitor*. Estudos de Psicologia, Campinas, p. 503 – 511, 2007.
- GOLDSMID, R.; FÉRES-CARNEIRO, T. A Função Fraternal e as vicissitudes de ter e ser irmão. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 13, n. 2, p. 293 – 308, 2007.
- JÚNIOR, S. E. Complexo Fraternal: a fonte do ciúme e da inveja. *Psicologia: Teoria e prática*. São Paulo, v. 5, n. 2, 2003.

LOUZETTE, F. L.; GATTI, A. L. Luto na infância e suas consequências no desenvolvimento psicológico. *Revista Eletrônica - Iniciação Científica* . São Paulo, ano 1, n. 1, p. 77 – 79, 2007.

RODRIGUES FUENTES, M. J. S. O diagnóstico de depressão. *Depressão: Da psiquiatria à psicanálise*. 1999.

YALOM, I. D; *De frente para o sol: como superar o terror da morte*. Rio de Janeiro: Agir, 2008, p. 26 - 27; p. 37 – 38.

RITTER, F; ZAVASCHI, M. L. Momentos de Encontro (e desencontro) na psicoterapia de uma criança – elaboração do luto por uma morte anunciada. *Revista Brasileira de Psicoterapia*. Porto Alegre, vol. 11, n. 3, 2009.

WINNICOTT, D. W. *O Ambiente e os Processos de Maturação. Estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983, p. 43 – 46.